

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: m3lh74is SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 29/10/2025 Projeto de lei nº 1726/2025 Protocolo nº 11490/2025 Processo nº 3520/2025	
Autor: Dep. Diego Guimarães		

Institui o Programa Estadual de Incentivo à Experiência Comercial Presencial, com o objetivo de fortalecer o comércio físico, promover a revitalização de áreas comerciais urbanas e estimular a integração entre tecnologia, cultura, segurança pública e consumo consciente no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso, o Programa Estadual de Incentivo à Experiência Comercial Presencial, com os seguintes objetivos:

- I – fortalecer o comércio físico local, especialmente em áreas urbanas com vocação comercial;
- II – promover a revitalização de centros comerciais e espaços públicos voltados ao consumo;
- III – estimular a integração entre tecnologia, cultura e práticas de consumo consciente;
- IV – fomentar a economia criativa e a valorização de empreendimentos que promovam experiências presenciais inovadoras.

Art. 2º O Programa poderá incluir, entre outras ações:

- I – concessão de incentivos fiscais e financeiros a estabelecimentos comerciais que promovam experiências presenciais diferenciadas, como eventos culturais, oficinas, exposições, feiras temáticas e interações tecnológicas;

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

II – parcerias com prefeituras para requalificação de calçadas, iluminação, sinalização e mobiliário urbano em áreas comerciais;

III – apoio à realização de eventos culturais e tecnológicos em centros comerciais, com foco na atração de público e dinamização da economia local;

IV – criação de selo estadual de “Experiência Comercial Consciente”, para empreendimentos que adotem práticas sustentáveis, inclusivas e inovadoras.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, deverá adotar medidas para o incremento da segurança pública nas áreas comerciais contempladas pelo Programa, podendo incluir:

I – reforço do policiamento ostensivo e comunitário nos horários de maior fluxo comercial;

II – instalação ou ampliação de sistemas de videomonitoramento em parceria com os municípios e entidades representativas do comércio;

III – ações integradas de prevenção à violência e à criminalidade, com foco na proteção de comerciantes, trabalhadores e consumidores;

IV – campanhas educativas de segurança e cidadania voltadas aos frequentadores das áreas comerciais.

Art. 4º O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades públicas e privadas, associações comerciais, entidades representativas do comércio, universidades e organizações da sociedade civil para execução das ações previstas neste Programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas conforme necessidade.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa enfrentar os desafios enfrentados pelo comércio físico diante da crescente digitalização das relações de consumo. Embora o comércio eletrônico tenha se expandido, o comércio presencial continua sendo essencial para a vitalidade urbana, geração de empregos e fortalecimento de vínculos comunitários.

O Programa Estadual de Incentivo à Experiência Comercial Presencial busca transformar o ato de comprar em uma vivência enriquecedora, que una cultura, tecnologia, segurança pública e consciência social. Ao promover eventos, revitalizar espaços e incentivar práticas sustentáveis, o Estado contribui para a valorização dos centros urbanos e para o fortalecimento da economia local.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Além disso, a proposta estimula a inovação no varejo, incentivando empreendedores a oferecerem experiências únicas que atraiam consumidores e promovam o desenvolvimento regional. Para garantir a efetividade das ações, o projeto prevê a celebração de convênios com entidades representativas do comércio, reconhecendo seu papel fundamental na articulação com os empresários locais, na identificação de demandas específicas e na mobilização de iniciativas que valorizem o comércio de rua.

A inclusão de medidas voltadas à segurança pública é fundamental para garantir a efetividade do Programa. Ambientes comerciais seguros são condição indispensável para atrair consumidores, estimular a permanência em áreas urbanas revitalizadas e fortalecer a confiança entre comerciantes e a comunidade. Ao prever ações integradas de policiamento, monitoramento e prevenção, o projeto contribui para a construção de espaços urbanos mais acolhedores, dinâmicos e resilientes.

Trata-se de uma política pública que alia desenvolvimento econômico, inclusão social, segurança e valorização cultural, com participação ativa dos atores que melhor conhecem a realidade do setor.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 29 de Outubro de 2025

Diego Guimarães
Deputado Estadual